

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

ESTADO DO PARANÁ

**CONCURSO - EDITAL Nº 035/2015
PARECERES DOS RECURSOS**

A empresa AVR ASSESSORIA TÉCNICA LTDA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO os pareceres dos recursos do Edital de Abertura nº 035/2015 da Prefeitura do Município de Douradina – Estado do Paraná, interpostos contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

Art. 1º - Conforme Edital de Abertura nº 035/2015, se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões), os pontos referentes à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido, se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de qualquer questão da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

PORTUGUÊS – ENSINO SUPERIOR

QUESTÃO Nº 03 – ANULAR GABARITO

Justificativa: A PALAVRA “ASSAZ” SE ENCONTRA NO 2º PARAGRAFO E NÃO NO 1º CONFORME NARRA A QUESTÃO, SENDO ASSIM ESTA PADECE DE ERRO MATERIAL INCONTROVERSO. OCORRE QUE TAL ERRO NÃO PODE SER CONSIDERADO PEQUENO, MAS SIM SUFICIENTE PARA DISTORCER OS FATOS NARRADOS NA QUESTÃO E ENSEJAR DÚVIDAS, PODENDO GERAR CONSEQUENTEMENTE, A FALHA DO CANDIDATO NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA PROPOSTO. SENDO ASSIM, A VERIFICAÇÃO OBJETIVA DA EXISTÊNCIA DE ERRO É SUFICIENTE PARA ENSEJAR A ANULAÇÃO DA QUESTÃO, NÃO SENDO NECESSÁRIAS MAIORES ELUCUBRAÇÕES ACERCA DO COMPROMETIMENTO DA CLAREZA DO ENUNCIADO.

QUESTÃO Nº 05 – MANTEM GABARITO

Justificativa: O SUBSTANTIVO E HETERÔNIMO QUANDO TEM UM RADICAL PARA DESIGNAR O MASCULINO E OUTRO PARA DESIGNAR O FEMININO. EX: HOMEM=MULHER/ BOI = VACA/ CARNEIRO = OVELHA.

QUESTÃO Nº 07 – MANTEM GABARITO

Justificativa: DE ACORDO COM A NORMA PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA OS SUBSTANTIVOS TERMINADOS EM ZINHO E ZITO FLEXIONA-SE O SUBSTANTIVO NO PLURAL, RETIRA-SE O S FINAL E ACRESCENTA-SE O SUFIXO DIMINUTIVO.

EX: COLAR – COLARE (S) ZINHOS

ANIMAL – ANIMAI (S) ZINHOS

BOTÃO – BOTÕE (S) ZINHOS

MULHER – MULHERE (S) ZINHAS

QUESTÃO Nº 09 – MANTEM GABARITO

Justificativa: ALTERNATIVA I – NO 4º PARAGRAFO A PALAVRA APRONTARIAM SUGERE QUE OS SERES HUMANOS ACABARAM PREJUDICANDO MUITO O PLANETA E SEU EQUILIBRIO NATURAL.

II- NO 6º PARAGRAFO, O MAMUTE COMPARA OS DOIS MUNDOS: AQUELE EM QUE VIVEU E AQUELE EM QUE SUPOSTAMENTE IRA VIVER CASO SEJA CLONADO.

III – NO 8º PARAGRAFO – “EU JÁ NÃO ERA UMA ESTATUA, ERA UM CONTAINER... O MAMUTE QUANDO ERA ESTATUA SENTIA-SE ORGULHOSO, MAS QUANDO FOI RETIRADO NA FORMA DE BLOCO SENTIU-SE UM OBJETO, UMA MERCADORIA, UMA COISA QUALQUER.

PORTUGUÊS E LINGUAGEM – 8º SÉRIE

(WILLIAN ROBERTO CEREJA. THEREZA COCHAR MAGALHÃES).

MATEMÁTICA – ENSINO SUPERIOR
QUESTÃO Nº 11 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será _____, tendo em vista

RESOLUÇÃO:

11 - Marcelo pretende comprar um brinquedo para seu filho. Se ele comprar esse brinquedo à vista, pagará R\$ 50,00. Mas ele também pode comprar esse brinquedo em duas parcelas iguais, no valor de R\$ 30,00 cada, sendo a primeira paga no ato da compra, e a segunda a ser paga dois meses após a compra. Caso Marcelo opte por comprar esse brinquedo na modalidade parcelado, estará pagando juros de:

- a) 10%.
- b) 20%.
- c) 25%.
- d) 50%.

• À vista: R\$ 50,00.

• Parcelado: pagando R\$ 30,00 no ato da compra, restam $50 - 30 = 20$ reais a pagar pelo brinquedo. Como a prestação é de R\$ 30,00, Marcelo estará pagando R\$ 10,00 de juros nessa compra, ou seja, 50% de juros. O problema não cita se os juros são mensais ou anuais, apenas pede para calcular os juros sobre a compra, que são, como demonstrado, de 50%.

Referência Bibliográfica: ...

DANTE, Luiz R. Matemática – Coleção Ensino Fundamental 6º ao 9º ano. São Paulo: Ática, 2000.

IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar. São Paulo: Atual, 2004. vol. 4 e 5.

GIOVANNI, José R.; BONJORNO, José R. Matemática Fundamental: Uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2001.

QUESTÃO Nº 12 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será _____, tendo em vista

RESOLUÇÃO:

12 - A rotação de um triângulo retângulo de hipotenusa medindo 13 cm e um dos catetos medindo 5 cm, em torno do seu maior cateto, gera um sólido de revolução tal que metade do seu volume é igual a:

- a) 50π cm³.
- b) 100π cm³.
- c) 120π cm³.
- d) 150π cm³.

Aplicando Pitágoras no triângulo retângulo dado, temos: $13^2 = x^2 + 5^2$. Logo, $x = 12$.

A figura gerada pela rotação desse triângulo em torno do seu maior cateto, nos dá um cone de revolução cujo raio da base mede 5 cm e a altura mede 12 cm. O volume desse cone pode ser obtido por:

$$V = \frac{1}{3}\pi r^2 h = \frac{1}{3}\pi 5^2 12 = 100\pi \text{ cm}^3$$

Como o problema cita “metade do volume do sólido”, a resposta correta é 50π cm³.

Referência Bibliográfica: ...

DANTE, Luiz R. Matemática – Coleção Ensino Fundamental 6º ao 9º ano. São Paulo: Ática, 2000.

IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar. São Paulo: Atual, 2004. vol. 4 e 5.

GIOVANNI, José R.; BONJORNO, José R. Matemática Fundamental: Uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2001.

QUESTÃO Nº 13 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será _____, tendo em vista

RESOLUÇÃO:

13 - Em um grupo de 96 pessoas, sabe-se que $\frac{3}{4}$ delas gostam de café, que metade das pessoas desse grupo gosta de refrigerante, e que $\frac{1}{6}$ não gosta de café nem de refrigerante. Dessa forma, assinale a alternativa correta:

- a) 56 pessoas gostam de café e refrigerante.
- b) 48 pessoas gostam apenas de café.
- c) 8 pessoas gostam apenas de refrigerante.
- d) $\frac{1}{3}$ das pessoas desse gostam apenas de refrigerante.

• CAFÉ: $\frac{3}{4}$ de 96 = 72 pessoas

• REFRIGERANTE: $\frac{1}{2}$ de 96 = 48 pessoas

• NÃO CAFÉ e NÃO REFRIGERANTE: $\frac{1}{6}$ de 96 = 16

Assim, temos $96 - 16 = 80$ pessoas nesse grupo que gostam de café ou refrigerante.

Temos ainda que $72 + 48 = 120$. Logo, $120 - 80 = 40$ pessoas que gostam de café e de refrigerante.

Como 48 pessoas gostam de refrigerante, temos $48 - 40 = 8$ pessoas que gostam apenas de refrigerante.

Referência Bibliográfica: ...

DANTE, Luiz R. Matemática – Coleção Ensino Fundamental 6º ao 9º ano. São Paulo: Ática, 2000.

IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar. São Paulo: Atual, 2004. vol. 4 e 5.

GIOVANNI, José R.; BONJORNO, José R. Matemática Fundamental: Uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2001.

QUESTÃO Nº 14 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será _____, tendo em vista

RESOLUÇÃO:

14 - Quatorze operários constroem um muro com 120 m de comprimento e 2,5 m de altura em 9 dias, trabalhando 8 horas por dia. Se fossem 10 operários, trabalhando 10 horas por dia, construiriam um muro com 150 m de comprimento e 2 m de altura em, aproximadamente:

a) 8 dias.

b) 10 dias.

c) 12 dias.

d) 15 dias.

Aplicando regra de três composta, temos:

OPERCOMP ALT DIAS HORAS

14 120 2,5 9 8

10 150 2 x 10

$$\frac{9}{x} = \frac{10}{8} \cdot \frac{2,5}{2} \cdot \frac{120}{150} \cdot \frac{10}{14} \gg \gg \frac{9}{x} = \frac{30000}{33600} \gg \gg 30000x = 302400 \gg \gg x = 10,08 \text{ dias}$$

Como o problema pede resposta "APROXIMADA", a resposta correta é letra b) 10 dias (a mais próxima do resultado obtido nos cálculos).

Referência Bibliográfica: ...

DANTE, Luiz R. Matemática – Coleção Ensino Fundamental 6º ao 9º ano. São Paulo: Ática, 2000.

IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar. São Paulo: Atual, 2004. vol. 4 e 5.

GIOVANNI, José R.; BONJORNO, José R. Matemática Fundamental: Uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2001.

ADVOGADO

QUESTÃO Nº 16 – MANTER GABARITO

Justificativa: Sobre a Administração Pública, é CORRETO afirmar que:

- a) Ao servidor público civil não é garantido o direito à livre associação sindical.
- b) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- c) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- d) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos.

Parecer

A questão foi baseada na Constituição Federal, que assim dispõe:

Alternativa A- Incorreta pois a Constituição Federal, assim dispõe:

“Art. 37.

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;”

Alternativa B- Incorreta pois a Constituição Federal, assim dispõe:

“Art. 37.

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;”

Alternativa C- Correta pois a Constituição Federal, assim dispõe:

“Art. 37.

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;”

Alternativa D- Incorreta pois a Constituição Federal, assim dispõe:

“Art. 37.

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”

Conforme disposto na Constituição Federal, a cassação dos direitos políticos não foi recepcionada pela mesma.

Face ao acima exposto, considerando que existe apenas uma alternativa correta e que responde a questão, recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 19 – MANTER GABARITO

Justificativa: Sobre os prazos no processo civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomeçará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.

b) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

c) Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.

d) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, não é contínuo, se interrompendo nos feriados.

Parecer

A questão foi baseada no Código de Processo Civil, que assim dispõe:

Alternativa A- Correta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 179. A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.

Alternativa B- Correta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 182. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

Alternativa C- Correta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.

Alternativa D- Incorreta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 178. O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.

Face ao acima exposto, considerando que existe apenas uma alternativa incorreta e que responde a questão, recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 20 – MANTER GABARITO

Justificativa: Sobre a petição inicial, é CORRETO afirmar que:

a) É ilícito formular pedido genérico nas ações universais quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito.

b) O pedido será cumulativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

c) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

d) Antes da citação, o autor não poderá aditar o pedido.

Parecer

A questão foi baseada no Código de Processo Civil, que assim dispõe:

Alternativa A- Incorreta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 286. O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico:

II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito;

Alternativa B- Incorreta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 288. O pedido será alternativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

Alternativa C- Correta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 292. É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

Alternativa D- Incorreta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 294. Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

Face ao acima exposto, considerando que existe apenas uma alternativa correta e que responde a questão, recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 22 – MANTER GABARITO

Justificativa: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo sistema de controle interno de cada Poder e mediante controle externo pelo seguinte órgão:

- a) Congresso Nacional.
- b) Ministério Público Federal.
- c) Procuradoria Geral da União.
- d) Ministério da Economia.

Parecer

A questão foi baseada na Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Face ao acima exposto, considerando que existe apenas uma alternativa correta e que responde a questão, recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 27 – MANTER GABARITO

Justificativa: Em relação aos procedimentos licitatórios, é INCORRETO afirmar que:

- a) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- b) O procedimento licitatório previsto em lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.
- c) As normas de licitações e contratos não devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
- d) É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

Parecer

A questão foi baseada na Lei 8666/93, Lei de Licitações, que assim dispõe:

Alternativa A- Correta pois a Lei de Licitações, assim dispõe:

“Art. 3º

§ 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.”

Alternativa B- Correta pois a Lei de Licitações, assim dispõe:

“Art. 4º (...)

Parágrafo único. O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.”

Alternativa C- Incorreta pois a Lei de Licitações, assim dispõe:

Art. 5º-A. As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.

Alternativa D- Correta pois a Lei de Licitações , assim dispõe:

“ Art. 7º

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.”

Face ao acima exposto, considerando que existe apenas uma alternativa incorreta e que responde a questão, recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 30 – MANTER GABARITO

Justificativa: Sobre a resposta do réu, é INCORRETO afirmar que:

- a) O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção.
- b) A exceção será processada em apenso aos autos principais.
- c) Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- d) Há litispendência, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso.

Parecer

A questão foi baseada no Código de Processo Civil, que assim dispõe:

Alternativa A- Correta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 297. O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção.

Alternativa B- Correta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 299. A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais.

Alternativa C- Correta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 301. (...)

§ 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

Alternativa D- Incorreta pois o Código de Processo Civil, assim dispõe:

Art. 301. (...)

§ 3o Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso.

Face ao acima exposto, considerando que existe apenas uma alternativa incorreta e que responde a questão, recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 32 – MANTER GABARITO

Justificativa: Sobre a prescrição e a decadência no processo civil, é CORRETO afirmar que:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- c) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- d) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Parecer

A questão foi baseada no Código Civil, que assim dispõe:

Alternativa A- Incorreta pois o Código Civil, assim dispõe:

Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

Alternativa B- Incorreta pois o Código Civil, assim dispõe:

Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Alternativa C- Incorreta pois o Código Civil, assim dispõe:

Art. 209. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

Alternativa D- Correta pois o Código Civil, assim dispõe:

Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Face ao acima exposto, considerando que existe apenas uma alternativa correta e que responde a questão, recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 33 – ANULAR GABARITO

Justificativa: Das decisões no Processo Trabalhista são admissíveis os seguintes recursos, EXCETO:

- a) Recurso Extraordinário.
- b) Embargos.
- c) Recurso Ordinário.
- d) Agravo.

Parecer

A questão deveria ser anulada, tendo em vista que não existe alternativa incorreta.

QUESTÃO Nº 35 – MANTER GABARITO

Justificativa: Sobre as Obrigações solidárias, é INCORRETO afirmar que:

- a) A solidariedade pode ser presumida, resultar da lei ou da vontade das partes.
- b) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- c) O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.
- d) Se a dívida solidária interessar exclusivamente a um dos devedores, responderá este por toda ela para com aquele que pagar.

Parecer

A questão foi baseada no Código Civil, que assim dispõe:

Alternativa A- Incorreta pois o Código Civil, assim dispõe:

Art. 265. A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.

Alternativa B- Correta pois o Código Civil, assim dispõe:

Art. 267. Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

Alternativa C- Correta pois o Código Civil, assim dispõe:

Art. 282. O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.

Alternativa D- Correta pois o Código Civil, assim dispõe:

Art. 285. Se a dívida solidária interessar exclusivamente a um dos devedores, responderá este por toda ela para com aquele que pagar.

Face ao acima exposto, considerando que existe apenas uma alternativa incorreta e que responde a questão, recurso indeferido.

CONTADOR

QUESTÃO Nº 16 – ANULAR GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será anulada, tendo em vista que houve um erro de digitação na alternativa D, deixando a questão sem alternativa correta.

Referência Bibliográfica: **Lei 4.320/64 compilada e atualizada.**

ELETRICISTA

QUESTÃO Nº 31 – ANULAR GABARITO

Justificativa: **ALEGAÇÃO do CANDIDATO** □ com vcs faz para medir corrente com multiteste??????????

RESPOSTA ao RECURSO □ O multiteste também é chamado de multímetro, este aparelho é uma combinação de um amperímetro, um voltímetro e um ohmímetro. Ele mede corrente elétrica, tensão e resistência. O multiteste é um dos instrumentos mais úteis para a análise de circuitos elétricos. Também conhecido como **multímetro**, é um aparelho que combina um **amperímetro**, um **voltímetro** e um medidor de resistência elétrica, **ohmímetro**. Com ele podemos medir correntes elétricas, tensões e resistência elétrica. Uma chave giratória é usada para escolher o tipo de medida que desejamos fazer (volts, ampères ou ohms) e ajustar a escala de medida. (...)

Fonte: Brasil Escola

Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/usando-um-multiteste.htm>

Acessado em: 07/10/2015, as 23h:27min.

AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

QUESTÃO Nº 16 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que a alternativa A está errada, pois a vigilância sanitária não trabalha com a doença com o objetivo de rastrear, conhecer as causas e detectar problemas ocorridos na cadeia alimentar, ou no meio ambiente. Ela trabalha com um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm

QUESTÃO Nº 25 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista o enunciado da questão solicita a alternativa que não faz parte das medidas que abrangem os campos da Vigilância Sanitária. E o correto seria medicamentos, incluindo os imunobiológicos.

Referência

Bibliográfica:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Laboratorios/Assuntos+de+Interesse/Apresentacao>

QUESTÃO Nº 26 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que a alternativa correta é a letra A todas as afirmativas são verdadeiras. De acordo com a Coletânea de Textos, do Ministério da Saúde - Direito Sanitário e Saúde Pública Volume 1 – Pag. 188.

Referência Bibliográfica:

Coletânea de Textos, do Ministério da Saúde - Direito Sanitário e Saúde Pública Volume 1 – Pag. 188.

<http://pt.scribd.com/doc/78397870/direito-sanitarioVol1-1#scribd>

QUESTÃO Nº 29 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que no exercício de suas funções a autoridade sanitária recorrerá, quando necessário, ao **Ministério Público**, não ao Ministério da Saúde como consta na terceira afirmativa. Portanto permanece inalterado o gabarito oficial.

Referência Bibliográfica: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>

MEDICO

QUESTÃO Nº 21 – ANULAR GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será **ANULADA**, tendo em vista que a questão apresenta erro de digitação da palavra TAQUICARDIA.

QUESTÃO Nº 33 – ANULAR GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será **ANULADA**, tendo em vista que ocorreu erro de digitação do valor de 10% para 20%.

Referência Bibliográfica: PROTOCOLO PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES COM SUSPEITA DE DENGUE – 2014

QUESTÃO Nº 39 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será MANTIDA, tendo em vista que a questão não questiona “contra-indicação”, conforme solicitação.

OPERADOR DE MÁQUINAS

QUESTÃO Nº 39 – ANULAR GABARITO

Justificativa: ALEGAÇÃO do CANDIDATO □ Porque a pá-carregadeira ela também não possui o pedal de embreagem.

RESPOSTA ao RECURSO □ A argumentação do candidato está correta, o fato da questão não apresentar um tipo de pá-carregadeira específica, tornou a mesma no mínimo ambígua.

Existem equipamentos que se movem sobre esteiras e outros que se movem sobre pneus.

Em algumas máquinas mais modernas, o pedal esquerdo, que controla a força de tração é considerado por alguns profissionais da área como sendo embreagem.

Desta forma a questão ficou com duas alternativas que poderiam ser assinaladas como resposta para a mesma, as opções “B” e “D”.

A questão deverá ser anulada e aplicado o contido no item 6.3.6 do Edital de Abertura do Concurso Público.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUESTÃO Nº 36 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida tendo em vista que De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 em seu

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

e que o Artigo 62 vem estabelecer sobre a formação de docentes.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Referência Bibliográfica: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Atualiza.

Oferecida para consulta no portal planalto.gov.br

QUESTÃO Nº 40 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que a alternativa pede a Exceção, EXCETO, ou seja o que é permitido a venda sem nenhuma restrição a crianças e adolescentes.

PSICOLOGO

QUESTÃO Nº 18 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que a matéria em questão, isto é, a Psicologia Institucional, tem como pressuposto básico o que diz a alternativa D. A alternativa A faz referencia ao sistema social vigente, este entendido como o formato capitalista de dar sentido às coisas e modos de produção e de trabalho. O termo “sistema social vigente” é bastante utilizado para tais referencias. Em nenhum livro ou documento ele aparece fazendo referencia ao formato de república ou federação, o que nos reporta à Constituição Federal, como a candidata argumentou de forma errônea.

Referência Bibliográfica: BLEGER, J. Psico-higiene e Psicologia Institucional. Trad. Emilia de O. Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

QUESTÃO Nº 21 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que a matéria em questão, isto é, a Psicologia Anomálica, é conceituada considerando aspectos da psique que Não tem relação com psicopatologias, ou seja, a princípio esses fenômenos não se dão como consequência de patologias da mente, como afirma a alternativa B defendida pela candidata.

Referência Bibliográfica: Atkinson & Hilgard's: Introduction to Psychology. Editora: Cengage Learning Int, 2009.

QUESTÃO Nº 25 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será anulada, pois, apesar das categorias “influencias não normativas” e “influencias traumáticas” terem conceitos diferentes, na prática e na matéria de desenvolvimento humano, elas podem ser consideradas similares.

Referência Bibliográfica: Papalia, Diane E. Desenvolvimento Humano. 12 edição, Porto Alegre: AMGH, 2013.

QUESTÃO Nº 27 – MANTER GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que a matéria em questão, isto é, teoria organicista é matéria diferente e descreve o desenvolvimento humano de forma independente à teoria mecanicista. Sem demais argumentos devido a basicidade de tal conhecimento.

Referência Bibliográfica: Papalia, Diane E. Desenvolvimento Humano. 12 edição, Porto Alegre: AMGH, 2013.

QUESTÃO Nº 37 – ANULAR GABARITO

Justificativa: Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será anulada. O conhecimento trazido pela questão, isto é, tal informação foi retirada de página de rede oficial do governo federal, que diz, sobre os direitos fundamentais da pessoa com HIV/AIDS “O(a) portador(a) do vírus deve comunicar às pessoas que desejar seu estado de saúde e o resultado dos seus testes”. No entanto, como a

candidata trouxe informações de matéria referente ao Direito, Código Civil e Código Penal, não possui propriedade suficiente para discursar sobre. Apenas que, na prática de atendimento e assistência à saúde pública, no que cabe ao atendimento a esse público, a postura humanizada sobressai-se à qualquer coerção ou punição, onde os técnicos de referência, utilizando-se de escuta e acolhimento, fazem a orientação sobre a importância e necessidade de informar o cônjuge (desde que sejam casados no civil, segundo o que diz a Lei) da sua condição de saúde.

Referência Bibliográfica: <http://www.aids.gov.br/pagina/direitos-fundamentais>